

Sarney ouve queixas dos nordestinos

Governadores condenaram os critérios de divisão do poder

GILBERTO ALVES

Recife — O presidente José Sarney enfrentou ontem um duro debate com os governadores do Nordeste, no encontro que manteve com eles por mais de duas horas, após a reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. Os governadores estão temerosos com a possibilidade de o PMDB assumir o maior número de cargos do terceiro escalão e José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, chegou a advertir que "se facções contrárias aos governos estaduais instalarem um governo paralelo dentro dos Estados, conflitos inevitáveis irão surgir, com prejuízos para a própria comunidade". O que pode resultar disso, de acordo com Maia, "é a cristianização política dos governadores que contribuíram para a eleição da chapa da Aliança Democrática".

Na mesma linha, Roberto Magalhães, de Pernambuco, afirmou que o PMDB está ocupando mais espaços no Governo do que o PFL. Mas seu alvo principal foi a eleição em dois turnos para as prefeituras das capitais, que considerou "algo semelhante aos casuismos da República Velha". Informou que vai orientar a bancada do PFL de Pernambuco para votar contra essa iniciativa, "porque ela não interessa a um partido como o nosso, que está em formação". José Agripino disse que também dará a mesma orientação à bancada do Rio Grande do Norte.

Magalhães queixou-se de que na luta para a implantação da Nova República coube aos governadores "a parte mais ingrata".

— Assumimos com a seca, depois veio a turbulência da sucessão presidencial, a dissidência partidária etc. Na formação do Governo, ficamos marginalizados, essa é que é a verdade. E agora somos obrigados a disputar uma eleição nas capitais no segundo ano de Governo. Ora, o tempo de julgar um governante é quatro anos depois. Ainda por cima, tornaram inegáveis os atuais prefeitos — disse.

O governador de Pernambuco chegou a dizer: "Se querem eleições agora para prefeitos, por que não querem também para presidente da República?" Em seguida, afirmou que "o enfraquecimento dos governadores não interessa a ninguém, e o futuro dirá isto, agora que temos uma Constituinte pela frente".

RISCOS

José Agripino sustentou que 80% do que foi prometido aos nordestinos, no preenchimento dos cargos federais, não foram cumpridos, o que, na sua opinião, coloca em risco até a estabilidade da Aliança Democrática. A briga do governador é contra o ministro da Administração, Aluizio Alves, que estaria invadindo o espaço político dos Maia no seu Estado na disputa pelos cargos federais, para fortalecer o seu grupo nas eleições que indicarão o prefeito de Natal. Agripino reconheceu que "o Presidente não tem culpa disso, mas prometeu preservar a ação federal e disse que um Governo não pode funcionar sem a autoridade central".

O ministro Aluizio Alves afirmou que as queixas de Agripino não procedem, porque o Partido da Frente Liberal no Rio Grande do Norte está "fazendo" diversos postos no segundo escalão, principalmente na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Rede Ferroviária Federal e Alcanorte (Alcalis do Nordeste).

Quanto a João Durval, da Bahia, a questão é semelhante. Ele pediu ao Presidente que seja mantido o equilíbrio de forças entre o PDS, o PMDB e o PFL, que no Estado constituíram a Aliança Democrática. João Durval acusou o PMDB de pretender ocupar todos os cargos federais no Estado e mais alguns estaduais que funcionam em convênio com o Governo Federal.

— Isso não é possível, porque quem deu a vitória à Aliança na Bahia não foi apenas o PMDB — acrescentou.

"DIFÍCIL"

Para Luiz Rocha, do Maranhão, "esta foi uma reunião difícil, dura mesmo". Mas, de acordo com o seu relato, "de muita cordialidade, em que o Presidente pediu, e obteve, a compreensão dos governadores para seus problemas, lembrando que administra um país de dimensões continentais".

— Os senhores são chefes de Executivo e sabem dos problemas de que estou falando — comentou. — Por isso espero a ajuda de vocês.

Divaldo Suruagy, de Alagoas, revelou que o Presidente ouviu as lamentações dos governadores nordestinos e lembrou que tem apenas 33 dias à frente do Governo. Expôs ainda o quadro de dificuldades de ordem econômica e financeira em que recebeu o País e, em seguida, pediu a compreensão de todos, fazendo ver que, sem o apoio dos governadores, não teria tranquilidade para governar.

"Nós aceitamos as ponderações do presidente Sarney, mesmo porque o sofrimento do Executivo faz gerar solidariedade entre os ocupantes", afirmou. Ao final do encontro, ficou selado um acordo: o presidente gostaria que houvesse entendimentos entre o PMDB e o PFL para o preenchimento dos cargos, mas onde não houver acordo, ele próprio fará a designação.

Roberto Magalhães revelou que o estado de espírito dos governadores quinta-feira à noite era um e ontem, depois da reunião, tornou-se outro completamente distinto. O encontro foi articulado durante a semana pelo próprio Magalhães, inconformado com o tratamento dado pela Nova República aos nordestinos. Quinta-feira à noite ele reuniu em palácio, para um jantar, alguns governadores da região e acabou sendo escolhido pelo grupo para ser o porta-voz da reivindicação de todos junto a Sarney.

Um sintoma da disposição dos governadores foi dado por Magalhães, ao saudar o Presidente: "Os governadores aqui presentes têm muito a dizer a vossa excelência, sobre a situação de seus Estados, sob a ótica econômica, social e política, mas pretendem fazê-lo de forma franca e leal, na reunião reservada que irão ter, logo mais, conforme desejo expresso por vossa excelência".

A saída dessa reunião, o clima era de absoluta descontração, não só da parte do Presidente, mas também dos governadores. Todos eles manifestaram satisfação com o discurso de Sarney, pronunciado momentos antes, anunciando a liberação de Cr\$ 3 trilhões para a recuperação do Nordeste, e concordaram que esse anúncio, aliado aos propósitos manifestados em relação aos nordestinos, neutralizou um pouco a veemência com que pretendiam abordar os problemas de seus Estados. (Sarney na Sudene está na página 7)



A descontração, depois de duas horas de críticas ao Governo

Presidente quer coligação

O presidente José Sarney prega e defende coligações entre o PMDB e o PFL nas eleições para as prefeituras das capitais em novembro próximo. Preocupado em preservar a sobrevivência da Aliança Democrática, Sarney admite até mesmo que as coligações formadas agora para as prefeituras sejam mantidas para as disputas dos governos dos Estados no próximo ano.

A preocupação com a sobrevivência da Aliança Democrática em função das eleições para as capitais foi confessada pelo próprio Presidente ao retornar ontem do Recife, onde teve uma reunião privada e reservada exclusivamente com os governadores do Nordeste. No voo de retorno a Brasília, Sarney, durante 40 minutos, conversou com o jornalista Mário Nelson Duarte, (Jovem Pan), que representava o Comitê de Imprensa do Planalto.

Foi nessa conversa que o Presidente defendeu as coligações PMDB-PFL para as prefeituras das capitais. Ele citou como exemplo concreto o que vai

acontecer em São Luís do Maranhão, e fez referência a Sergipe onde para a prefeitura de Aracaju o candidato a prefeito será do PMDB com o vice do PFL, dentro de um acordo que contempla o PFL com a candidatura a governo e o PMDB com o candidato a vice.

Sarney acha que o que vai acontecer em São Luís e em Aracaju deveria se repetir pelo Brasil afora, inclusive em São Paulo, onde o presidente acompanha atento os riscos do deputado Freitas Nobre deixar o PMDB para se candidatar a prefeito pelo PDT de Brizola.

É possível que a questão das coligações interpartidárias para preservação da Aliança Democrática tenha sido abordada na reunião reservada de duas horas de Sarney com os governadores do Nordeste. Mas o tema central desse encontro (realizado pouco antes do almoço) foi mesmo a troca de disparos entre os governadores, quase todos do PFL (depois de terem sido eleitos pelo PDS) e os senadores e deputados federais eleitos pelo PMDB.

Chico Pinto insiste no pacto social

Mais importante do que o pacto político é o pacto social que lhe dá base e sustentação, segundo advertiu, ontem, o deputado Francisco Pinto, sugerindo que os ministros do Trabalho, Almir Pazianotto, da Justiça, Fernando Lyra, e da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, promovam um entendimento com líderes dos empresários e trabalhadores para concluir o acordo que considere prioritário.

"Ou o presidente José Sarney toma a iniciativa, imediatamente, de promover entendimentos objetivos em torno do pacto social, que é o que é verdadeiramente importante e prioritário, ou poderá se ver diante de uma situação desfavorável para obter esse tipo de acordo de tanta importância", advertiu Francisco Pinto, ao comentar as dificuldades que o Governo terá de enfrentar, em breve.

Não é apenas Francisco Pinto que considera prioritário o pacto social, argumentando que o pacto político é uma simples decorrência daquele. O deputado Nelson Marchezan, ex-líder do PDS e do Governo na Câmara, e o senador Luís Viana Filho, ex-presidente do Senado, têm a mesma opinião.

A emergência da crise econômico-financeira, com a devastação social que provoca, torna muito mais importante um pacto entre as forças representativas do capital e do trabalho, este o verdadeiro pacto político, dando condições e tempo ao Governo para respirar a fim de dar combate à inflação com todo o rigor.

Além disso, como lembrava o deputado Francisco Pinto, o Congresso é muito sensível às inclinações da sociedade. Concluiu um pacto social, o apoio político é mera decorrência. Lembrou o parlamentar baiano que, quando os espanhóis quiseram garantir a transição do regime ditatorial mais velho da Europa — o franquismo — fizeram do pacto social, o de Moncloa, o acordo político por excelência, contemplando principalmente questões econômicas e sociais.

Politicamente, o Governo comete um erro ao partir, em primeiro lugar, para um pacto com a corporação política, quando esta já está obviamente apoiando o processo de redemocratização. Mais importante, segundo Chico Pinto, é atrair agora o apoio das principais forças sociais para este projeto.

O parlamentar baiano sugere que o presidente José Sarney credencie os ministros a promorem reuniões objetivas com representantes patronais e dos trabalhadores a fim de formalizar as bases de um pacto social que assegure apoio da Nação ao Governo.

— Se o Sarney não partir logo para o pacto social, poderá ser surpreendido com uma deterioração tão grande da situação que não terá mais condições de propô-los — advertiu, prometendo procurar o Presidente da República para sustentar essa posição.